

O Brasil está vivendo uma situação semelhante à da Alemanha de Weimar

19 MAI 1989

GAZETA MERCANTIL

Economia Brasil

Vilson de Souza



A crise atual é dramática, exigindo uma pronta e competente ação das lideranças mais representativas, dentro e fora do Congresso Nacional, para garantir a institucionalização do País, para avançar um pacto mínimo que estabeleça novas formas de entendimento entre o Executivo e a sociedade visando inaugurar uma nova era na vida nacional.

Esse pacto mínimo deve estar centrado na perseguição de condições para a retomada do crescimento econômico com justiça social e para consolidação da democracia. Para tal, deve definir na esfera econômica, com urgência, uma nova política salarial, com a recomposição imediata do poder de compra dos trabalhadores; uma política monetária que reprima a especulação financeira e reduza as taxas de juro, para permitir a volta dos investimentos produtivos; renegociar a dívida externa, estancando a sangria das transferências de recursos reais ao exterior; reordenar as finanças públicas, para acabar com os subsídios e incentivos que são o combustível do clientelismo e da ineficiência do Estado cartorial e inibem os investimentos sociais; e, finalmente, reformular o sistema financeiro para transformá-lo em sócio do desenvolvimento, das inovações, das inversões produtivas e não, como é atualmente, em mero apropriador do esforço nacional.

O Poder Executivo, preso aos interesses dos capitalistas retrógrados, está totalmente imobilizado, insensível à gravidade do momento atual, não conseguindo conceber senão me-

ros pacotes que acirram o conflito distributivo.

Provoca-se um arrocho inédito na história deste país, e isso, claro, leva à intranquilidade social, à explosão de greves — legítimas e justas, pois os trabalhadores já não mais conseguem assistir passivamente ao assalto contínuo ao poder de compra dos seus salários.

Por outro ângulo, o Poder Legislativo, que envolveu a sociedade na esperança de mudanças profundas com a elaboração da Constituição, após 22 meses de trabalho produziu um texto que muito pouco mudou a vida cotidiana da maioria da população — apesar dos avanços. O Congresso chamou a si atribuições que nunca teve e se colocou como centro do palco da vida política nacional, com poderes efetivos para participar e interferir nas decisões governamentais. Recuperadas as prerrogativas tão reclamadas no passado, o Congresso tem contribuído, por omissão e total imobilismo, para o aprofundamento da crise. Hoje, mais de sete meses após a promulgação da Constituição, tem uma interferência periférica nas grandes questões nacionais e não conseguiu, sequer, formular um programa estratégico para elaborar as principais leis complementares.

Pior: omite-se nas questões econômicas, permitindo ao Executivo continuar com sua política caótica; evita definir as novas regras salariais, fixar o salário mínimo, discutir a garantia do emprego, o controle dos juros, a organização do sistema financeiro, a estruturação da previdência social — entre tantos tópicos que estão a reclamar intervenção e decisão política.

O Poder Judiciário, em várias oportunidades, tem sancionado os atos ilegítimos do Executivo — como no caso do congelamento

das URP do funcionalismo público — e tem retardado, por excessiva morosidade processual, as decisões fundamentais para a normalização judiciária do País.

Em suma: a Nação está orfã! Sem canais institucionais para encaminhar a solução de seus principais problemas. Este é o caminho para prevalecer concepções antidemocráticas. Esta foi, por exemplo, a experiência vivida pela Alemanha de Weimar (1919 a 1933): uma Constituição nova, novos direitos sociais, novos poderes ao Parlamento, mas com instituições que não funcionavam, com uma crise econômica que se aprofundava e uma mediação política ineficaz.

E nesse instante que se fabricam líderes messiânicos, que tudo prometem para conquistar as esperanças populares destruídas pela incompetência do sistema político-partidário. Daí a importância do pacto mínimo proposto no início do artigo: evitar o agravamento das contradições sociais e, principalmente, evitar a reedição de atos golpistas contra as instituições democráticas. A guerra pode-se tornar o instrumento da política e o imobilismo dos políticos e incapacidade em fazer política serão responsáveis por novo período obscurantista no País.

Vilson de Souza é deputado federal do PSDB-SC e professor de Direito da FURB.